
GRAMÁTICA, COGNIÇÃO E FORMALISMO: TENSIONAMENTOS NA DESCRIÇÃO DO PORTUGUÊS BRASILEIRO

GRAMMAR, COGNITION, AND FORMALISM: TENSIONS IN THE
DESCRIPTION OF BRAZILIAN PORTUGUESE

Linguística & Letras e Artes • 22/05/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/779315210](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/779315210)

Jefferson Pinheiro

Geovanna Antoniele Vilhena Mouta

Andreza Luana da Silva Barros

Hanna Gabrielle do Vale Almeida

Monica Fontenelle Carneiro Carneiro

RESUMO

A descrição da gramática do português brasileiro tem sido marcada pelo debate entre perspectivas formalistas e cognitivas, que divergem quanto à natureza da linguagem e ao estatuto da gramática. Enquanto o formalismo privilegia a modelagem estrutural do sistema linguístico, a abordagem cognitiva enfatiza a integração entre linguagem, uso e experiência. Este artigo tem como objetivo analisar os pontos de tensão entre esses paradigmas na descrição do português brasileiro contemporâneo, a partir da realização do sujeito pronominal, da concordância nominal variável e das construções progressivas com gerúndio. A pesquisa é qualitativa, de natureza teórico-analítica, baseada na análise de exemplos representativos amplamente discutidos na literatura linguística. Os fenômenos foram examinados sob perspectiva formal e cognitiva, com posterior comparação entre os modelos. Os resultados indicam que o formalismo contribui para a descrição sistemática da estrutura gramatical, enquanto a perspectiva cognitiva amplia a compreensão ao considerar processos de conceptualização e uso. Conclui-se que a articulação entre essas abordagens possibilita leitura mais abrangente da gramática do português brasileiro contemporâneo.

Palavras-chave: Gramática; Português brasileiro; Formalismo; Linguística cognitiva.

ABSTRACT

The description of Brazilian Portuguese grammar has been marked by the debate between formalist and cognitive perspectives, which diverge regarding the nature of language and the status of grammar. While formalism privileges the structural modeling of the linguistic system, the cognitive approach emphasizes the integration between language, use, and experience. This article aims

to analyze the points of tension between these paradigms in the description of contemporary Brazilian Portuguese, focusing on pronominal subject realization, variable nominal agreement, and progressive constructions with the gerund. The study is qualitative in nature and theoretically analytical, based on the examination of representative examples widely discussed in the linguistic literature. The phenomena were analyzed from both formal and cognitive perspectives, followed by a comparative discussion of the models. The results indicate that formalism contributes to the systematic description of grammatical structure, whereas the cognitive perspective broadens understanding by incorporating processes of conceptualization and language use. It is concluded that the articulation between these approaches enables a more comprehensive account of contemporary Brazilian Portuguese grammar.

Keywords: Grammar; Brazilian Portuguese; Formalism; Cognitive Linguistics.

1. INTRODUÇÃO

A descrição gramatical do português brasileiro tem sido marcada por intensos debates teóricos, sobretudo no que se refere aos pressupostos que fundamentam a análise da estrutura linguística. Entre os paradigmas que mais influenciaram a linguística contemporânea, destacam-se o formalismo e a perspectiva cognitiva da linguagem, cujas diferenças epistemológicas produzem interpretações distintas acerca da natureza da gramática. Enquanto o formalismo privilegia a modelagem estrutural e a autonomia relativa do sistema linguístico, a abordagem cognitiva enfatiza a integração entre linguagem, mente e experiência.

No contexto da chamada gramática do brasileiro, tais tensionamentos tornam-se particularmente visíveis, uma vez que fenômenos recorrentes no uso contemporâneo desafiam explicações estritamente estruturais ou exclusivamente funcionalistas. A realização do sujeito pronominal, a concordância nominal variável e as construções progressivas com gerúndio constituem exemplos emblemáticos dessa complexidade, pois envolvem tanto reorganizações estruturais quanto processos de conceptualização e organização informacional.

Diante desse cenário, este artigo tem como objetivo analisar os pontos de tensão entre formalismo e cognição na descrição do português brasileiro contemporâneo. Parte-se da hipótese de que determinados fenômenos gramaticais não se deixam explicar de modo satisfatório quando analisados a partir de um único paradigma, exigindo diálogo crítico entre diferentes modelos teóricos. Busca-se, assim, compreender como cada abordagem ilumina aspectos específicos do funcionamento gramatical e quais limites emergem quando tais perspectivas são consideradas isoladamente.

Metodologicamente, o estudo adota abordagem qualitativa de natureza teórico-analítica, examinando exemplos representativos amplamente discutidos na literatura linguística. A análise concentra-se em três domínios gramaticais que evidenciam fricções teóricas relevantes, permitindo observar como estrutura formal e processos cognitivos interagem na construção do significado.

Ao propor esse diálogo, o artigo pretende contribuir para o debate contemporâneo sobre a gramática do português brasileiro, evidenciando que a tensão entre formalismo e cognição não se

configura necessariamente como oposição excludente, mas como campo produtivo de reflexão teórica. A partir dessa perspectiva, a gramática do brasileiro é compreendida como espaço em que modelagem estrutural e conceptualização experiencial se articulam na dinâmica entre forma e sentido.

2. O FORMALISMO NA DESCRIÇÃO GRAMATICAL

O formalismo constitui um dos paradigmas centrais da linguística moderna e caracteriza-se, de modo geral, pela ênfase na descrição da estrutura interna da língua, concebida como um sistema abstrato dotado de princípios próprios de organização. De acordo com Silva (2006, p. 107): “o Formalismo consiste numa abordagem cujo foco incide tão somente na observação e descrição das características estruturais das línguas, desconsiderando suas possíveis funções”, privilegiando seus constituintes e as relações estabelecidas entre eles. Nessa perspectiva, a língua é entendida como um sistema autônomo, cuja análise deve priorizar as propriedades internas que organizam a forma linguística.

Essa concepção encontra fundamentos no estruturalismo saussureano, que instituiu a língua como objeto específico da Linguística, distinguindo-a da fala e atribuindo-lhe natureza sistêmica e homogênea. Ao afirmar que a língua é um sistema de signos cuja estrutura determina as unidades que a compõem, Saussure inaugura uma tradição que entende a gramática como organização formal de relações, e não como simples inventário de formas isoladas. Conforme ressaltado por Cortez (2011, p. 58), o formalismo tende a observar a língua nas relações entre suas partes, buscando princípios que orientem sua organização e produzam explicações derivadas da própria estrutura.

A centralidade da forma, contudo, não implica negação do empírico. Carvalho (2012) problematiza definições correntes que associam formalismo à exclusão da realidade material da língua e sustenta que o formalismo parte do dado empírico, mas busca descrever a realidade abstrata subjacente ao funcionamento linguístico. Para o autor, a realidade formal não se opõe ao real, uma vez que a abstração integra o próprio fenômeno da linguagem. Ao afirmar que a visão empírica serve de ponto de partida para as reflexões formalistas, Carvalho (2012) evidencia que o formalismo não elimina o dado observável, mas o reorganiza em termos de princípios gerais e universais.

No âmbito da gramática gerativa, essa orientação formal ganha contornos específicos. A partir da proposta transformacional, o léxico passa a integrar o componente de base da gramática, embora inicialmente concebido como repositório de idiosincrasias. Conforme expõe Pria (2008), nas primeiras formulações gerativistas o léxico era visto como *locus* de fatos imprevisíveis, cabendo à sintaxe o papel de *locus* da regularidade. Posteriormente, com o desenvolvimento da hipótese lexicalista, reconhece-se a necessidade de estruturar o léxico por meio de traços categoriais, de subcategorização e seletivos, o que demonstra um movimento interno ao próprio formalismo no sentido de ampliar sua capacidade descritiva.

Esse processo evidencia que o formalismo não se reduz a um modelo único. Como observa Carvalho (2012), é equivocado identificar formalismo exclusivamente com gerativismo, uma vez que diferentes correntes teóricas compartilham o compromisso com a formalização da estrutura linguística. O estruturalismo, determinados modelos conexionistas e formalismos computacionais

também operam com representações abstratas da língua. Nesse sentido, o formalismo configura-se mais como uma orientação epistemológica voltada à modelagem estrutural do que como escola homogênea.

A articulação entre formalismo e investigação empírica torna-se particularmente evidente quando se consideram os estudos sobre mudança linguística. Duarte (2016) argumenta que a Teoria da Variação e Mudança, embora centrada na análise empírica da heterogeneidade, necessita de uma teoria gramatical que permita levantar hipóteses estruturais e interpretar os contextos de implementação da mudança. Ao defender a compatibilidade entre pressupostos variacionistas e princípios formais, Duarte (2016) demonstra que a formalização gramatical é instrumento indispensável para a explicitação de generalizações sobre o sistema linguístico.

Além do campo teórico, o desenvolvimento de formalismos gramaticais encontra desdobramentos na modelagem computacional da linguagem. No âmbito do Processamento de Línguas Naturais, a formalização explícita das estruturas sintáticas e lexicais constitui requisito para a implementação de sistemas automáticos. Pria (2008) destaca que léxicos estruturados e formalismos gramaticais são centrais para sistemas de PLN, o que reforça a necessidade de descrições formalmente precisas e computacionalmente tratáveis. De modo semelhante, Pardo (2008) observa que formalismos como a Gramática de Cláusulas Definidas (DCG) e a Gramática Léxico-Funcional (LFG) funcionam como linguagens artificiais destinadas à representação explícita dos recursos de uma língua, evidenciando o compromisso do formalismo com a modelagem rigorosa da estrutura.

Diante desse panorama, o formalismo na descrição gramatical pode ser compreendido como abordagem que privilegia a estrutura, a sistematicidade e a explicitação de princípios abstratos responsáveis pela organização da língua. Tal orientação não exclui o uso ou a variação, mas propõe que a descrição linguística deve fundamentar-se em modelos capazes de representar formalmente as regularidades subjacentes ao sistema. Ao enfatizar a autonomia relativa da sintaxe e a centralidade da forma, o formalismo fornece instrumentos analíticos que permitem compreender a arquitetura da gramática e estabelecer generalizações consistentes sobre o funcionamento do português brasileiro.

2.1. A Perspectiva Cognitiva da Linguagem

A perspectiva cognitiva da linguagem consolida-se como um paradigma que questiona a autonomia estrita da gramática e propõe uma compreensão integrada entre linguagem, mente e experiência. Ao contrário dos modelos que situam a sintaxe como módulo independente, a Linguística Cognitiva entende que a linguagem constitui manifestação das capacidades cognitivas gerais que estruturam a experiência humana. Conforme afirmam Silva, Serapião e Amorim (2021, p. 55), “a linguagem desperta a curiosidade de áreas variadas da ciência, uma vez que sua função para construção e característica da sociedade é essencial”, evidenciando que o fenômeno linguístico ultrapassa os limites de uma estrutura formal isolada.

No interior dessa abordagem, a linguagem é concebida como sistema simbólico no qual forma e significado não se dissociam. Em Almeida (2023), destaca-se que a teoria cognitiva rejeita a separação rígida entre sintaxe e semântica, defendendo que as estruturas

gramaticais refletem padrões de conceptualização. Lakoff e Johnson ([1980] 2002) sustentam que “nosso sistema conceptual ordinário, em termos do qual pensamos e agimos, é fundamentalmente metafórico por natureza” (Lakoff; Johnson, 2002, p.45), o que implica reconhecer que a organização linguística deriva de processos mentais mais amplos que estruturam a experiência.

A noção de cognição corporificada ocupa posição central nesse paradigma. Ao discutir os fundamentos da abordagem cognitiva, Cavalcante (2014) argumenta que a cognição é corporificada, situada e distribuída, pois emerge da interação entre organismo e ambiente sociocultural. Para a autora, compreender a linguagem exige reconhecer que o significado não se encontra apenas na estrutura formal, mas na experiência concreta do sujeito. Essa concepção desloca o foco da gramática como sistema autônomo para a linguagem como prática experiencial.

A teoria da categorização e da prototipicidade, conforme as propostas de Rosch (1973, 1978) também representa o eixo estruturante da Linguística Cognitiva. Em oposição às categorias definidas por traços necessários e suficientes, a abordagem cognitiva sustenta que as categorias linguísticas possuem organização radial e gradiente. Sob a perspectiva da Linguística Cognitiva, as categorias são concebidas de forma gradual e prototípica, e não como unidades fixas e fechadas, o que revela a atuação de processos cognitivos, como percepção, memória e associação, na organização da linguagem.

A dimensão sociocognitiva amplia essa perspectiva ao enfatizar que cognição e linguagem são reciprocamente constitutivas. No estudo publicado na Revista Psicoatualidades, afirma-se que “a linguagem

permite que as relações humanas sejam construídas com sentidos subjetivos, garantindo a perpetuação das diferentes culturas e valores” (Silva; Serapião; Amorim, 2021, p. 54), indicando que a construção de sentido ocorre no interior das práticas sociais. Nessa direção, a linguagem não apenas expressa pensamento, mas participa da constituição da subjetividade.

No campo da aquisição da linguagem, a perspectiva cognitiva interacional reforça a centralidade da interação social e da cognição cultural. Arruda e Vicente (2020, p. 2) afirmam que “a aquisição da linguagem pode ser entendida como um conjunto de ações cognitivas”, sendo mediada pela relação entre indivíduo e meio sociocultural. Com base em Tomasello, as autoras ressaltam que a cognição humana envolve processos filogenéticos, históricos e ontogenéticos que possibilitam a aprendizagem cultural. Tomasello (2003) sustenta que a capacidade humana de compartilhar intencionalidade constitui elemento central da evolução linguística, pois permite a construção colaborativa de significados.

Ainda que o paradigma gerativista reconheça a dimensão mental da linguagem, a perspectiva cognitiva diverge da hipótese de modularidade estrita. No artigo desenvolvido por Freitas (2015) que discute mente e linguagem na tradição chomskyana, observa-se que o internalismo gerativista concebe a linguagem como faculdade específica da mente, estruturada por princípios próprios. Em contraste, a Linguística Cognitiva defende a continuidade entre linguagem e demais processos cognitivos, sustentando que mecanismos como atenção conjunta, metáfora conceptual, esquemas imagéticos, dentre outros, participam diretamente da organização gramatical.

Desse modo, a perspectiva cognitiva da linguagem propõe que a gramática emerge da experiência, da interação e da conceptualização. Ao integrar forma e significado, mente e corpo, indivíduo e sociedade, esse paradigma amplia a compreensão da estrutura linguística e oferece instrumentos teóricos para analisar o português brasileiro não apenas como sistema formal, mas como prática simbólica enraizada na experiência humana.

2.2. Pontos de Tensão

O diálogo entre formalismo e perspectiva cognitiva configura um dos debates centrais da linguística contemporânea. Embora ambas as abordagens reconheçam a dimensão mental da linguagem, divergem quanto à natureza dessa mentalidade e quanto ao estatuto da gramática no interior da arquitetura cognitiva humana. O formalismo, especialmente na tradição gerativista, sustenta que a linguagem constitui faculdade específica e relativamente autônoma da mente. A Linguística Cognitiva, por sua vez, propõe que a linguagem emerge de capacidades cognitivas gerais, rejeitando a hipótese de modularidade estrita.

A tese da autonomia da linguagem encontra formulação clássica na gramática gerativa, segundo a qual a faculdade linguística corresponde a um componente especializado da mente humana, dotado de princípios próprios. No estudo realizado por Freitas (2015) que discute a perspectiva chomskyana, observa-se que o gerativismo defende a especificidade da competência linguística como sistema mental formalmente estruturado. Essa posição implica separar conhecimento linguístico de outros tipos de conhecimento, mantendo a distinção entre estrutura gramatical e fatores pragmáticos ou enciclopédicos.

Em contraste, a Linguística Cognitiva, doravante LC, nega a separação rígida entre conhecimento semântico e conhecimento enciclopédico. Silva afirma que a LC “não aceita [...] a separação entre conhecimento ‘semântico’ e conhecimento ‘enciclopédico’” (Silva, 1997, p. 2), indicando que o significado linguístico não pode ser isolado da experiência conceptual e cultural. Essa divergência teórica revela um primeiro ponto de tensão: enquanto o formalismo busca delimitar um nível estrutural autônomo de significação, o cognitivismo entende que o significado resulta de processos de conceptualização mediados pela experiência.

Outro eixo de tensão diz respeito ao estatuto da sintaxe. No paradigma formalista, a sintaxe ocupa posição central, sendo concebida como componente organizador da estrutura frasal. Já na Linguística Cognitiva, as relações entre sintaxe e semântica são tratadas como indissociáveis. Krebs e Laipelt (2018, p. 83) destacam que a LC investiga “especialmente as relações entre forma e significado”, recusando a hierarquização rígida entre níveis gramaticais. A ênfase desloca-se da estrutura abstrata para a interface conceptual, o que redefine o papel da gramática como sistema simbólico.

A categorização constitui outro ponto sensível do debate. O formalismo tende a operar com categorias discretas e definidas por traços estruturais. A perspectiva cognitiva, ao contrário, sustenta que as categorias apresentam limites fluidos e organização prototípica. Conforme afirmam Krebs e Laipelt (2018, p. 82), “a categorização se dá através de complexos processos que refletem aspectos experimentais, imaginativos e ecológicos da mente”, o que coloca em suspensão a ideia de categorias rigidamente delimitadas. Essa diferença revela tensão epistemológica entre modelo que privilegia

a formalização sistemática e modelo que enfatiza a flexibilidade conceptual.

A questão do uso também marca divergência significativa. O formalismo, sobretudo em suas versões clássicas, prioriza a competência idealizada, abstraindo variações decorrentes do uso efetivo. A Linguística Cognitiva, por sua vez, assume-se explicitamente como modelo baseado no uso. Augusto Soares da Silva caracteriza a LC como abordagem que desenvolve “análise linguística com base na observação do uso linguístico”, descrevendo-a como modelo *usage-based* (Silva, 1997). Nesse ponto, a tensão se estabelece entre abstração estrutural e observação empírica da linguagem em funcionamento.

No plano epistemológico mais amplo, a própria concepção de significado evidencia contrastes. Para a tradição formal, a significação pode ser descrita por meio de representações estruturais relativamente estáveis. Já na abordagem cognitiva, o significado é conceptualização. Silva e Batoréo afirmam que “o significado é conceptualização” e que a conceptualização envolve a perspectivação do sujeito (Silva; Batoréo, 2010, p. 233), indicando que a interpretação depende do ponto de vista do conceptualizador. Essa ênfase na perspectivação introduz a dimensão da subjetividade no interior da análise gramatical, aspecto menos central nos modelos formalistas.

Entretanto, a tensão entre formalismo e cognição não se traduz necessariamente em incompatibilidade absoluta. Duarte (2016) argumenta que a investigação da mudança linguística demanda teoria gramatical que permita formular hipóteses estruturais, mesmo quando se trabalha com dados empíricos e variacionais. Tal

observação sugere que a formalização continua sendo instrumento relevante, ainda que integrada a abordagens que reconhecem o papel do uso e da experiência.

Desse modo, os pontos de tensão entre formalismo e cognição concentram-se em três eixos principais: a autonomia ou não da gramática, a centralidade da sintaxe frente à integração forma-significado e o estatuto das categorias linguísticas. Enquanto o formalismo enfatiza a sistematicidade estrutural e a modelagem abstrata, a perspectiva cognitiva destaca a conceptualização, a corporificação e a dimensão sociocultural da linguagem. A análise dessas fricções teóricas permite compreender que a descrição do português brasileiro contemporâneo exige considerar tanto a arquitetura formal da gramática quanto os processos cognitivos e interacionais que participam da construção do sentido.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza teórico-analítica e descritivo-interpretativa. A opção por abordagem qualitativa justifica-se pelo fato de que o objetivo central do estudo não consiste em mensurar ocorrências ou estabelecer generalizações estatísticas, mas interpretar fenômenos linguísticos à luz de diferentes modelos teóricos. Segundo Minayo (2001, p. 21), a pesquisa qualitativa trabalha com “o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes”, o que a torna particularmente adequada para investigações que envolvem análise interpretativa e reflexão conceitual.

Do ponto de vista epistemológico, o estudo insere-se no campo da pesquisa teórica, cuja finalidade consiste na análise, sistematização e

problematização de referenciais conceituais. Gil (2008) afirma que pesquisas de natureza teórica ou bibliográfica são desenvolvidas com base em material já elaborado, constituindo-se como procedimento adequado quando o objetivo é examinar fundamentos conceituais e propor articulações interpretativas. Nesse sentido, a investigação não se fundamenta em levantamento empírico extensivo, mas na análise crítica de fenômenos gramaticais representativos à luz de dois paradigmas linguísticos distintos.

O corpus da pesquisa é composto por exemplos representativos do português brasileiro contemporâneo, amplamente discutidos na literatura linguística e recorrentes no uso efetivo da língua. Os dados concentram-se em três domínios gramaticais específicos: a realização do sujeito pronominal, a concordância nominal variável e as construções progressivas com gerúndio. A seleção desses fenômenos fundamenta-se em sua relevância para o debate entre autonomia estrutural e integração cognitiva da gramática, uma vez que evidenciam pontos de tensão entre explicações formalistas e interpretações cognitivas.

Os procedimentos analíticos foram organizados em três etapas. Primeiramente, realizou-se descrição estrutural dos fenômenos com base em pressupostos formalistas, considerando traços gramaticais, operações sintáticas e condições de licenciamento. Em seguida, examinou-se cada fenômeno sob perspectiva cognitiva, levando em conta processos de conceptualização, categorização, perspectivação e organização informacional. Por fim, procedeu-se à análise comparativa, identificando convergências, divergências e zonas de tensão entre os modelos.

A escolha pela análise comparativa fundamenta-se na compreensão de que diferentes paradigmas podem iluminar aspectos distintos do mesmo fenômeno. Conforme destaca Severino (2016), a pesquisa científica envolve interpretação sistemática do objeto à luz de referenciais teóricos explícitos, sendo a confrontação entre perspectivas procedimento legítimo para aprofundamento crítico. Assim, a metodologia adotada permite examinar a gramática do português brasileiro como espaço de articulação entre estrutura formal e experiência conceptual, coerente com os objetivos propostos neste artigo.

4. A REALIZAÇÃO DO SUJEITO PRONOMINAL

No português brasileiro a realização do sujeito pronominal constitui um dos fenômenos mais discutidos na literatura linguística contemporânea, sobretudo por revelar transformações estruturais significativas quando comparado ao português europeu e a outras línguas românicas. A mudança no comportamento do sujeito tem sido frequentemente associada à reconfiguração do chamado parâmetro do sujeito nulo, hipótese formulada no âmbito da Teoria de Princípios e Parâmetros.

No modelo gerativista clássico, línguas com morfologia verbal suficientemente rica podem licenciar sujeitos nulos, uma vez que os traços de concordância verbal permitem a identificação do referente. A hipótese paramétrica sustenta que a possibilidade de omissão do sujeito está ligada à robustez da flexão verbal. Duarte (2016) argumenta que a análise formal da mudança linguística exige precisamente a identificação das propriedades estruturais responsáveis pelo licenciamento do sujeito, demonstrando que a descrição empírica depende de modelagem gramatical consistente.

Nesse sentido, a redução da distinção morfológica entre formas verbais no português brasileiro teria enfraquecido os mecanismos formais de identificação, favorecendo a realização explícita do pronome.

Considere os exemplos:

(01) Eu fui ao mercado ontem.

(02) Fui ao mercado ontem.

Sob perspectiva formal, a diferença entre (01) e (02) envolve o preenchimento ou não da posição estrutural de sujeito na projeção funcional correspondente. Em (02), o sujeito seria recuperado por concordância verbal, desde que os traços morfológicos sejam suficientes para garantir identificação referencial. Já em (01), o pronome “eu” realiza explicitamente esses traços, ocupando posição sintaticamente projetada. A análise privilegia, portanto, a estrutura da sentença e os mecanismos internos que licenciam ou bloqueiam a omissão.

Entretanto, a observação do uso efetivo do português brasileiro revela aumento significativo da frequência de sujeitos pronominais explícitos, mesmo em contextos nos quais a flexão verbal ainda permitiria a recuperação do referente. Tal fato sugere que fatores discursivos e cognitivos participam do fenômeno. A Linguística Cognitiva, ao rejeitar a autonomia estrita da gramática, entende que escolhas estruturais refletem processos de conceptualização e organização da informação. Silva (1997) ao caracterizar a abordagem cognitiva como modelo baseado no uso, ressalta que a descrição linguística deve considerar padrões recorrentes do emprego efetivo da língua, e não apenas sua estrutura abstrata.

Sob essa perspectiva, a presença do pronome em (01) pode ser interpretada como mecanismo de focalização enunciativa. A explicitação do sujeito intensifica a ancoragem do evento do ponto de vista do falante, reforçando sua agência e participação na cena conceptualizada. A escolha entre (01) e (02) não é apenas estruturalmente possível, mas cognitivamente orientada por fatores como saliência referencial, continuidade tópica e gerenciamento da atenção conjunta.

A tensão entre formalismo e cognição manifesta-se, portanto, em dois níveis. No nível estrutural, o formalismo oferece explicação consistente para as condições gramaticais que permitem ou restringem o sujeito nulo. No nível interpretativo, a perspectiva cognitiva evidencia que a realização pronominal pode funcionar como estratégia discursiva de marcação de perspectiva e de organização informacional.

Os resultados indicam que a crescente obrigatoriedade do sujeito pronominal no português brasileiro não pode ser compreendida exclusivamente como simples alteração paramétrica, nem apenas como escolha discursiva isolada. Trata-se de fenômeno que emerge da interação entre reorganização estrutural e pressões cognitivas relacionadas à gestão da referência. A análise do sujeito pronominal, portanto, revela campo privilegiado para observar como a gramática formal e os processos de conceptualização se articulam na dinâmica da mudança linguística.

4.1. Concordância Nominal Variável

A concordância nominal no português brasileiro configura fenômeno central para a discussão sobre os limites entre estrutura

formal e organização cognitiva do significado. Tradicionalmente descrita como mecanismo de harmonização morfológica entre determinante, núcleo nominal e modificadores, a concordância é tratada pela gramática normativa como requisito obrigatório da integridade estrutural do sintagma nominal. No entanto, dados de uso do português brasileiro revelam variação sistemática na realização da marca de plural, o que impõe revisão analítica quanto ao estatuto dessa operação.

No interior do paradigma formalista, a concordância é concebida como processo sintático de valoração de traços, envolvendo a propagação de traços de número no domínio do sintagma nominal. Mesmo quando a realização fonológica não ocorre plenamente, a estrutura abstrata manteria os traços formais como parte da representação gramatical. Duarte (2016) ao discutir a necessidade de teoria gramatical para interpretação de dados empíricos, ressalta que a análise da mudança linguística exige distinção entre estrutura subjacente e realização superficial. Sob essa ótica, a variação na marcação plural pode ser interpretada como fenômeno de externalização morfológica, não necessariamente como reconfiguração estrutural profunda.

Considere os exemplos:

(03) Os meninos chegaram cedo.

(04) Os menino chegaram cedo.

No exemplo (03), a concordância é plenamente realizada, com marca plural no determinante e no núcleo nominal. Já em (04), a marcação concentra-se no determinante, enquanto o substantivo permanece formalmente no singular. Sob perspectiva formal, pode-

se sustentar que o traço de plural continua presente na estrutura sintática do sintagma nominal em (04), sendo a ausência de marca no núcleo resultado de não realização morfológica.

Entretanto, a recorrência desse padrão no português brasileiro sugere que a variação não é meramente ocasional. Observe ainda:

(05) As casa foram pintadas.

(06) Meus amigo chegaram ontem.

Nos exemplos (05) e (06), a pluralidade é igualmente interpretável, apesar da ausência de marca formal no núcleo nominal. A interpretação semântica de multiplicidade é garantida pelo determinante ou pelo possessivo, que ativa o esquema conceitual de pluralidade antes mesmo da leitura do substantivo.

A perspectiva cognitiva permite compreender esse fenômeno a partir de princípios de economia e suficiência interpretativa. A Linguística Cognitiva, ao caracterizar-se como abordagem baseada no uso, sustenta que padrões recorrentes de produção moldam a organização da gramática. Silva (1997) enfatiza que a análise linguística deve fundamentar-se na observação do uso efetivo, o que implica reconhecer que estruturas frequentes podem consolidar-se como alternativas sistemáticas.

Do ponto de vista conceitual, a marca plural no determinante já estabelece a representação mental de multiplicidade. A duplicação da marca no núcleo nominal pode tornar-se redundante do ponto de vista do processamento. A compreensão do referente plural não depende necessariamente da duplicação morfológica, mas da ativação global do esquema cognitivo associado à pluralidade.

Assim, a concordância variável pode ser compreendida como fenômeno relacionado à economia linguística e à eficiência no processamento da informação.

A tensão entre formalismo e cognição emerge na interpretação do estatuto dessa variação. Para o formalismo, a estrutura abstrata preserva os traços de número, mantendo a concordância como propriedade categórica do sistema. A ausência de marca seria um fenômeno de desempenho ou enfraquecimento morfológico. Para a perspectiva cognitiva, contudo, a variação integra o próprio funcionamento da gramática, refletindo adaptação entre forma e eficiência comunicativa.

Além disso, a teoria da categorização prototípica permite compreender que a concordância plena pode funcionar como padrão central da categoria, enquanto estruturas com marcação reduzida ocupam posições periféricas, mas não necessariamente marginais. A pluralidade é conceptualizada como propriedade do conjunto referencial, não como obrigação de replicação formal em cada elemento do sintagma.

A concordância nominal variável no português brasileiro constitui fenômeno que não se esgota em explicações exclusivamente estruturais nem exclusivamente funcionais. A análise revela interação entre traços formais herdados do sistema românico e pressões cognitivas relacionadas à economia e à saliência interpretativa. A tensão entre formalismo e cognição, nesse caso, não implica exclusão mútua, mas evidencia diferentes níveis de descrição de um mesmo fenômeno gramatical.

4.2. Construções Progressivas com Gerúndio

As construções progressivas com gerúndio no português brasileiro constituem domínio privilegiado para observar a interação entre estrutura gramatical e conceptualização aspectual. Tradicionalmente descritas como perífrases formadas por verbo auxiliar seguido de forma nominal em gerúndio, tais construções exprimem valores de progressividade, duração, habitualidade ou iteração, a depender do contexto sintático e discursivo. A análise dessas estruturas permite evidenciar diferenças interpretativas entre abordagens formalistas e perspectivas cognitivas da gramática.

No interior do paradigma formalista, a perífrase progressiva é analisada como projeção aspectual específica na estrutura sintática. O verbo auxiliar ocupa posição funcional responsável por traços aspectuais, enquanto o gerúndio realiza o predicado principal em forma não finita. A interpretação de evento em curso decorre da composição estrutural entre categorias funcionais e léxicas. A explicação privilegia a arquitetura da sentença e os traços formais que configuram a leitura aspectual.

Considere os exemplos:

(07) Estou lendo o livro.

(08) Eles estão construindo a casa.

Nos exemplos (07) e (08), a perífrase indica evento em desenvolvimento no momento da enunciação. Sob perspectiva formal, a progressividade decorre da combinação entre auxiliar flexionado e gerúndio, cuja posição estrutural determina o valor aspectual. A leitura de continuidade é efeito da configuração sintática, não resultado primário de fatores discursivos.

Entretanto, a perspectiva cognitiva amplia essa interpretação ao compreender o aspecto como modo de conceptualização do evento. A Linguística Cognitiva entende que as categorias gramaticais refletem formas específicas de enquadramento da experiência. A progressividade, nesse sentido, promove uma focalização interna do evento, salientando sua duração e seu desenvolvimento processual. O falante escolhe representar o evento a partir de um recorte temporal específico, construindo uma imagem dinâmica da situação.

A diferença torna-se ainda mais evidente quando se analisam construções com valor iterativo ou avaliativo:

(09) Ele vive reclamando.

(10) Ela anda dizendo que vai sair.

Nos exemplos (09) e (10), a perífrase não indica apenas progressividade pontual, mas recorrência ou atitude avaliativa do falante. Em (09), “vive reclamando” sugere repetição frequente, frequentemente associada a julgamento implícito. Em (10), “anda dizendo” pode indicar circulação de informação ou comentário crítico. Sob análise exclusivamente formal, essas diferenças precisariam ser explicadas por traços aspectuais específicos ou propriedades léxicas dos auxiliares.

Sob perspectiva cognitiva, contudo, tais construções evidenciam processos de perspectivação conceptual. Silva e Batoréo (2010) afirmam que o significado envolve conceptualização e depende do ponto de vista adotado pelo falante. A perífrase com gerúndio permite ao enunciador selecionar determinado enquadramento experiencial do evento, enfatizando continuidade, repetição ou

avaliação. O valor semântico não emerge exclusivamente da estrutura sintática, mas da interação entre forma gramatical e modelo mental ativado.

Além disso, a abordagem baseada no uso sustenta que a frequência de determinadas perífrases contribui para sua consolidação como padrões semânticos específicos. Silva (1997) caracteriza a Linguística Cognitiva como modelo orientado pelo uso, o que implica reconhecer que construções recorrentes como “vive + gerúndio” podem cristalizar valores interpretativos particulares no sistema linguístico.

A tensão entre formalismo e cognição manifesta-se, portanto, na definição do locus da interpretação aspectual. Para o formalismo, a progressividade decorre da configuração estrutural e da combinação de traços funcionais. Para a perspectiva cognitiva, a construção progressiva representa ferramenta de enquadramento conceptual do evento, permitindo ao falante manipular a forma como a experiência é representada.

Os dados analisados indicam que as construções progressivas com gerúndio no português brasileiro operam simultaneamente em dois níveis. No nível estrutural, seguem padrões sintáticos sistematizáveis. No nível conceptual, funcionam como recursos de perspectivação temporal e avaliativa. A análise do fenômeno revela que a gramática aspectual do português brasileiro não pode ser plenamente compreendida sem considerar tanto sua arquitetura formal quanto os processos cognitivos que organizam a experiência temporal.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve como objetivo analisar os tensionamentos entre o formalismo gramatical e a perspectiva cognitiva da linguagem na descrição do português brasileiro contemporâneo. A partir da análise de três fenômenos específicos, a saber, a realização do sujeito pronominal, a concordância nominal variável e as construções progressivas com gerúndio, buscou-se evidenciar como diferentes paradigmas teóricos iluminam dimensões distintas do funcionamento gramatical.

Os resultados indicaram que o formalismo oferece aparato analítico consistente para a descrição da arquitetura sintática e da organização dos traços gramaticais, possibilitando modelagem sistemática das estruturas do português brasileiro. Por outro lado, a perspectiva cognitiva contribui ao incorporar processos de conceptualização, perspectivação e organização informacional, ampliando a compreensão do papel do uso e da experiência na construção do significado.

A análise demonstrou que os fenômenos investigados não se esgotam em explicações exclusivamente estruturais nem exclusivamente funcionais. Ao contrário, revelam a coexistência de níveis distintos de descrição, nos quais estrutura formal e processos cognitivos interagem de maneira complexa. A tensão entre formalismo e cognição, portanto, não deve ser entendida como oposição excludente, mas como espaço produtivo de articulação teórica.

Desse modo, a gramática do português brasileiro contemporâneo mostra-se como domínio em que modelagem estrutural e conceptualização experiencial se complementam, permitindo compreensão mais abrangente da dinâmica entre forma e sentido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Marília Ribeiro de. **A linguística cognitiva: principais conceitos e abordagens.** Alfenas, MG: Universidade Federal de Alfenas, 2023. Material didático.

ARRUDA, Alícia Auxiliadora Nunes; VICENTE, Renata Barbosa. **Aquisição da linguagem: perspectiva cognitiva interacional.** In: CONGRESSO NACIONAL EM ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DE LINGUAGEM, 1., 2020. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 2020.

CARVALHO, Dannel. **Do formalismo linguístico e outros formalismos.** Apresentação no II Sintaxe em Foco. Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Serra Talhada, Serra Talhada, 2012.

CAVALCANTE, Sandra Maria Silva. **Por uma abordagem cognitiva da linguagem humana.** In: HILBERT, Mariana (org.). Linguagem, cognição e interação. [S.l.: s.n.], 2014. p. 59–75.

CORTEZ, Cinara Monteiro. **Formalismo x funcionalismo: abordagens excludentes?** PERcursos Linguísticos, Vitória (ES), v. 1, n. 1, p. 57–77, 2011.

DUARTE, Maria Eugênia Lammoglia. **Empirismo e formalismo na investigação da mudança linguística em curso.** Diadorim, Rio de Janeiro, Especial 2016, p. 31–60, 2016.

FERRARI, Lilian. **Introdução à linguística cognitiva.** São Paulo: Contexto, 2010.

FREITAS, Nathália Luiz de. **Mente e linguagem:** a perspectiva chomskyana e sua repercussão nas discussões de Putnan, Fodor e Searle. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/percursos/article/download/8505/8158/30428>. Acesso em: 28 abr. 2026.

GEERAERTS, Dirk. **Cognitive linguistics**. In: BROWN, Keith (ed.). Encyclopedia of Language and Linguistics. 2. ed. Oxford: Elsevier, 2006. p. 485–492.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KREBS, Luciana Monteiro; LAIPELT, Rita do Carmo Ferreira. **Teorias da linguística cognitiva para pensar a categorização no âmbito da Ciência da Informação**. *Transinformação*, Campinas, v. 30, n. 1, p. 81-93, jan./abr. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/2318-08892018000100007>

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Metáforas da vida cotidiana**. Tradução do Grupo de Estudos da Indeterminação e da Metáfora (GEIM), sob coordenação de Mara Sophia Zanotto, e Vera Maluf. Campinas, SP: Mercado de Letras; São Paulo: EDUC, 2002.

LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. **Philosophy in the flesh: the embodied mind and its challenge to Western thought**. New York: Basic Books, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

PARDO, Thiago Alexandre Salgueiro. **Estudo comparativo dos formalismos gramaticais DCG e LFG.** Relatório de pesquisa. [S.l.: s.n.], 2008.

PRIA, Albano Dalla. **A relação entre o desenvolvimento de formalismos gramaticais de base lexicalista e as exigências do PLN.** D.E.L.T.A., São Paulo, v. 24, n. 2, p. 199–230, 2008.

ROSCH, Eleanor. **Natural categories.** *Cognitive Psychology*, New York, v. 4, n. 3, p. 328-350, 1973. DOI: 10.1016/0010-0285(73)90017-0.

ROSCH, Eleanor. **Principles of categorization.** In: ROSCH, Eleanor; LLOYD, Barbara B. (org.). *Cognition and categorization.* Hillsdale: Lawrence Erlbaum, 1978. p. 27-48.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, Augusto Soares da. **A linguística cognitiva:** uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, Braga, v. 1, n. 1, 1997.

SILVA, Augusto Soares da; BATORÉO, Hanna. **Construal ou perspectivação conceptual na linguística cognitiva.** [S.l.: s.n.], 2010.

SILVA, Gabriel Agra e; SERAPIÃO, Lucimary Bezerra F. A.; AMORIM, Débora Alves de. **Conceitos da linguística cognitiva e suas possíveis contribuições para atuação do profissional de psicologia: uma revisão bibliográfica.** *Revista Psicoatualidades*, Belém do São Francisco, PE, v. 1, n. 1, p. 54–65, 2021.

SILVA, Leilane Ramos da. **Correntes linguísticas:** notas sobre o formalismo e o funcionalismo. *Interdisciplinar*, v. 2, n. 2, p. 106–124, jul./dez. 2006.

TOMASELLO, Michael. **Constructing a language:** a usage-based theory of language acquisition. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2003.